

# PLANO DE ATIVIDADES

---

2013



Ficha Técnica:

Título: Plano de Atividades do Camões IP, 2013

Edição: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP

Data: março de 2013

## Índice

Nota Introdutória .....	5
I. Enquadramento	
1.1. Missão e atribuições .....	7
1.2. Estrutura Organizacional .....	9
II. Objetivos	
2.1. Estratégicos .....	11
2.2. Operacionais .....	12
III. Recursos	
3.1. Humanos .....	14
3.2. Financeiros .....	15
3.3. Tecnológicos .....	16
IV. Atividades Previstas	
4.1. Potenciar os interesses de Portugal no Mundo .....	17
4.2. Evoluir nas Relações Bilaterais e Multilaterais .....	18
4.3. Reforçar os Mecanismos de Gestão .....	19
V. Atividades Previstas por Unidade Orgânica	
5.1. Direção de Serviços da Cooperação (DSC) .....	21
5.2. Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSL) .....	25
5.3. Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG) .....	29
5.4. Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA).....	33
5.5. Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC)...	33
5.6. Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC)....	35
5.7. Gabinete do Conselho Diretivo (GCD).....	36

**Anexos:**

Anexo 1 – QUAR 2013 .....	37
Anexo 2 – Plano de Formação 2013 .....	39
Anexo 3 – Rede Externa Cooperação, Língua e Cultura .....	41

## **Nota Introdutória**

O presente Plano de Atividades do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões I.P.) é elaborado no respeito pela determinação legal constante do Decreto-Lei n.º 183/96 de 27 de setembro, pretende hierarquizar opções, programar ações, afetar e mobilizar os recursos a partir das Grandes Opções do Plano para 2013.

O Plano de Atividades foi desenvolvido de forma participativa, através de um exercício de cooperação das diferentes unidades orgânicas e hierarquias do Camões I.P. envolvendo, desta forma, todos os colaboradores da instituição.

A atividade do Camões I.P. desenvolve-se, no ano de 2013, num quadro nacional de contenção orçamental e de racionalização de recursos e num contexto internacional de crescente competitividade em que, quer o domínio da cooperação para o desenvolvimento, quer o da promoção da língua e da cultura, são entendidos pelos Estados também como instrumentos de projeção da sua influência e de defesa dos seus interesses.

Neste contexto, a atuação do Camões I.P. está naturalmente alinhada pelas orientações da tutela política e tem presente a determinação do Programa do Governo de “melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento” e “acautelar um serviço eficiente no ensino e divulgação da língua portuguesa no mundo”.

No quadro destes objetivos, decorrerão em 2013 algumas atividades que darão expressão a uma abordagem inovadora da política de cooperação, nomeadamente a reunião internacional sobre cooperação triangular, organizada em colaboração com o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, as iniciativas relativas ao envolvimento do setor privado e à promoção do empreendedorismo e de inovação nos projetos de cooperação com os países parceiros.

No domínio da língua e da cultura, salienta-se a organização da II Conferência sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial,

subordinada ao tema *Língua Portuguesa Global: Internacionalização, Ciência e Inovação*, que permitirá traçar uma política de língua para a CPLP em articulação com áreas relevantes como a educação, a investigação e a economia digital. No âmbito da ação cultural, salienta-se a colaboração na participação de Portugal, enquanto país convidado, na Feira do Livro de Bogotá, objetivo alinhado com os interesses da diplomacia económica, e a colaboração ativa com o programa do Ano de Portugal no Brasil. É ainda de salientar as várias ações no âmbito do Ano da Arquitetura Portuguesa, iniciativa promovida pela tutela da cultura, em que participamos tendo em conta o objetivo de promoção internacional das nossas indústrias culturais e criativas.

## **I – Enquadramento**

O ano transato consagrou uma mudança no paradigma institucional das entidades responsáveis pelas áreas da cooperação para o desenvolvimento e da internacionalização da língua e da cultura portuguesas através da criação do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Este processo decorreu tendo em vista a preocupação de evitar ruturas, procurando-se dar continuidade às ações que decorriam de compromissos assumidos internacionalmente e, em simultâneo, lançando as bases para uma maior e melhor articulação daqueles vetores da política externa portuguesa. Ao mesmo tempo, procurou-se uma racionalização dos recursos, alcançada por meio de medidas de gestão tendentes à redução da despesa pública.

### **1.1 - Missão e atribuições**

O Camões I.P. é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio.

Criado pelo Decreto-Lei n.º 21/2012 de 30 de janeiro, e resultando da fusão do Instituto Camões, I.P. e do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., tem na sua génese, como objetivo, obter um aumento da eficácia na prestação dos serviços públicos. É sua missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política. É ainda sua missão propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurando a presença de leitores de português, e a gestão da rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário, bem como a responsabilidade de acompanhar e financiar os centros culturais e os centros de língua portuguesa no mundo.

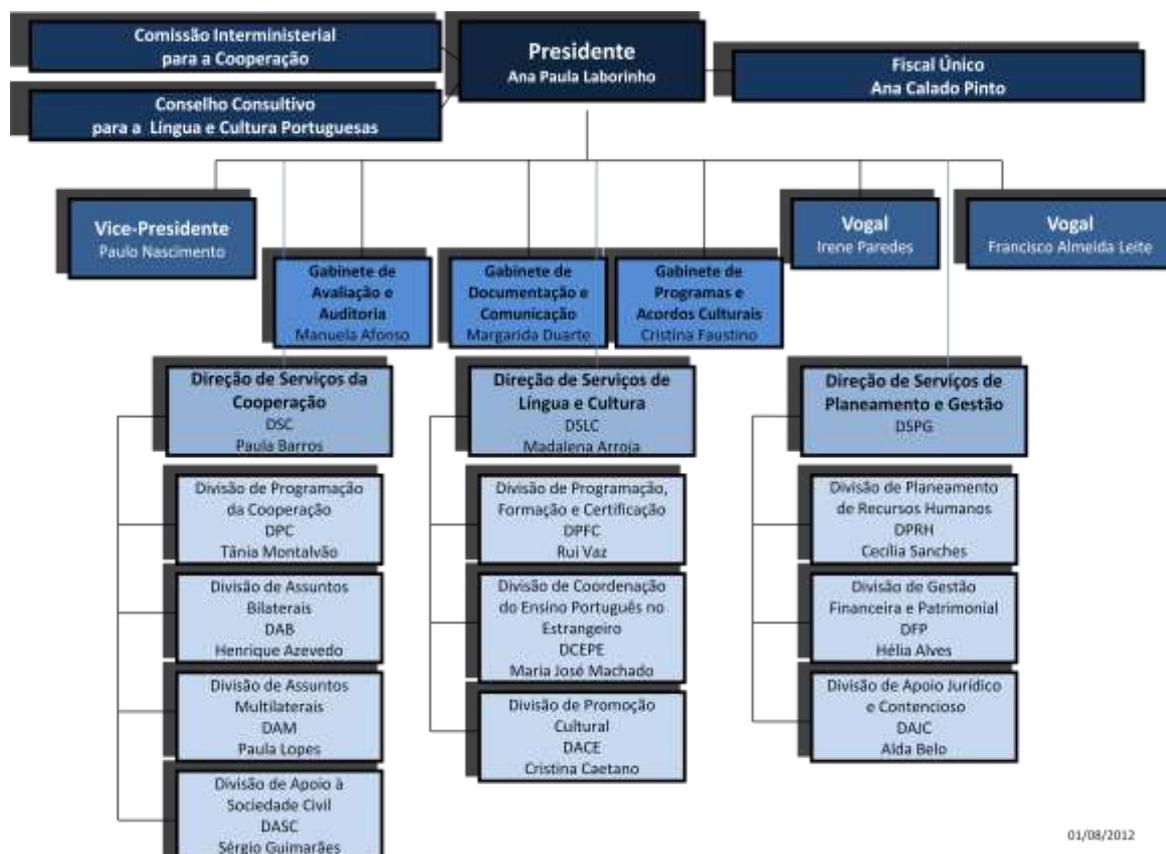
O Plano de Atividades do Camões I.P. reflete, assim, a complementaridade entre a diversidade e abrangência temática e geográfica da sua Missão, tal como resulta da definição que decorre do enquadramento legal aplicável, consignada no Decreto-Lei n.º 21/2012 determinando que o Camões I.P. deve “potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”.

## 1.2 – Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional adotada para o Camões I.P. reflete os objetivos inerentes à sua criação, i.e. a integração de funções e busca de sinergias entre as áreas de intervenção da instituição, bem como uma otimização dos recursos, tendo em vista a redução de redundâncias e dos custos de funcionamento, sem afetar a coerência da intervenção e a capacidade de resposta.

Com a fusão do IPAD e IC, procedeu-se à racionalização da estrutura orgânica do Camões IP, tendo sido reduzidos treze cargos dirigentes com os consequentes ganhos de poupança e redução da despesa pública. Antes da fusão existiam 33 dirigentes (20 do IPAD e 13 do IC), tendo passado a 20 dirigentes conforme organograma que abaixo se insere.

### Camões, Instituto da Cooperação e da Língua , I. P. Estrutura Orgânica



01/08/2012

Ao nível da direção superior, o Camões, I.P. dispõe de um Conselho Diretivo composto por Presidente, Vice-Presidente e dois Vogais. Integra ainda, nos termos do artigo 17º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, um Fiscal Único, órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

Ao nível da direção intermédia está organizado em três unidades orgânicas nucleares:

- Direção de Serviços de Cooperação
- Direção de Serviços da Língua e Cultura
- Direção de Serviços de Planeamento e Gestão

As suas diferentes competências estão, por sua vez, distribuídas por treze unidades orgânicas flexíveis, definidas através da Deliberação 1201/2012 de 27 de julho do Conselho Diretivo do Camões I.C.

A Portaria n.º 194/2012, de 20 de junho, que aprova os Estatutos do Camões I.P. prevê ainda a existência de um Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) que está subordinado hierárquica e funcionalmente ao Conselho Diretivo.

Por deliberação do Conselho Diretivo, foram ainda criadas as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Gabinete de Programas e Acordos Culturais
- Gabinete de Documentação e Comunicação

## **II. Objetivos**

### **2.1. Objetivos Estratégico**

O Programa do XIX Governo Constitucional sublinha, na área da Política Externa, entre outros aspetos, “a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa (e) a relevância da língua que nos une”. Os vetores – cooperação, língua e cultura - aparecem assim associados, sendo pois natural que o Camões I.P., enquanto instituição responsável por “potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”, integre estas preocupações entre os elementos definidores dos seus objetivos estratégicos.

Acresce que as Grandes Opções do Plano para 2013 (GOP) reconhecem a relevância da cooperação para o desenvolvimento sublinhando que “serão desenvolvidas ações visando o reforço do papel do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. enquanto organismo responsável pela direção, coordenação e supervisão da cooperação”. É igualmente reafirmada a “aposta na língua portuguesa”, a “reforma do ensino do Português no estrangeiro”, a “promoção e difusão do português como língua global” e o “reforço da cooperação com países cuja planificação linguística integra ou prevê integrar o português como língua curricular”.

De forma sintética e seguindo o definido no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QuAR) de 2013 do Camões I.P., são Objetivos Estratégicos da instituição:

- Potenciar a capacidade de intervenção da Política de Cooperação para o Desenvolvimento e de promoção da Língua e da Cultura Portuguesas;
- Reorganizar a estrutura orgânica potenciando os recursos disponíveis em linha com o esforço nacional de contenção da Despesa Pública;
- Integrar as estruturas onde coincidam Cooperação, Língua e Cultura para a sua racionalização e maior eficácia;

- Promover o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento;
- Estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro contribuindo para a estratégia de Diplomacia Económica e consolidação da Marca Portugal.

## **2.2. Objetivos Operacionais**

No contexto do QuAR 2013, foram adotados Objetivos Operacionais de Eficácia, Eficiência e Qualidade.

### Objetivos Operacionais de Eficácia:

- Elaborar a estratégia de informação e de comunicação do Camões I.P. ;
- Qualificar as redes de ensino/aprendizagem da língua portuguesa e de divulgação da cultura portuguesa, das culturas em língua portuguesa e de formação intercultural;
- Coordenar e dinamizar a rede externa de Língua e Cultura Portuguesas;
- Produzir e divulgar informação sobre fluxos de ajuda externa relativos à APD;
- Contribuir para que as prioridades da política externa portuguesa nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Língua e Cultura sejam refletidas no plano Europeu e Multilateral.

### Objetivos Operacionais de Eficiência:

- Garantir o seguimento e a implementação das recomendações resultantes da Avaliação da Cooperação Portuguesa;
- Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de Programas, Projetos e Ações (PPA) bilaterais, nomeadamente no âmbito dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) elaborados, e de cooperação delegada bem como o apoio à intervenção das Organizações

da Sociedade Civil (OSC) no domínio da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, através do cofinanciamento de projetos no âmbito das Linhas de Cofinanciamento;

- Contribuir para a criação e/ou reformulação de um sistema de controlo interno.

Objetivos Operacionais de Qualidade:

- Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores;

- Assegurar qualificação, capacitação e satisfação um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a dos colaboradores.

### III - Recursos

#### 3.1. Recursos Humanos

A racionalização dos recursos, sendo um dos objetivos centrais do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) no qual, de forma geral, se inscreve também a criação do Camões I.P., refletiu-se na nova estrutura do Camões IP, de acordo com a sua estrutura orgânica e com o mapa de pessoal aprovado para 2013 poderá dispor de um total 186 colaboradores<sup>1</sup> cuja distribuição, por grupo profissional, será a seguinte:

Recursos Humanos		
Grupo Profissional	N.º Colaboradores	%
Dirigentes	20	11%
Diplomatas	2	1%
Técnicos Superiores	104	56%
Técnico de Informática	1	1%
Especialista de Informática	3	2%
Assistentes Técnicos	49	26%
Assistentes Operacionais	7	4%
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100%</b>

Fonte: Mapa dos efetivos aprovados nos termos do PREMAC

Tendo em conta o processo de fusão, e de forma a permitir o regular funcionamento da instituição, as chefias das Unidades Orgânicas foram nomeadas em regime de substituição até ao seu provimento definitivo dependente de concurso público a realizar em 2013.

---

<sup>1</sup> Em 1 de janeiro de 2013, o n.º total de efetivos é de 178 colaboradores em resultado não só das aposentações como também da saída de técnicos superiores em regime de mobilidade interna.

### 3.2. Recursos Financeiros

No âmbito do seu processo de fusão, o Camões I.P. passou a estar dotado de um orçamento único em sistema de contabilidade pública desde o dia 1 de agosto de 2012. O fim da fragmentação orgânica em dois institutos e a integração num único orçamento permitiu – em matéria de Despesa Pública - reforçar o controlo orçamental, racionalizar recursos e eliminar duplicações de procedimentos e tarefas.

Para 2013, o orçamento de funcionamento atribuído ao Camões IP é de 58,1 M € a que acresce uma previsão de 212,8 mil € de receitas próprias, sendo a seguinte a distribuição por atividade económica:

Orçamento 2013							
	Atividades	Inicial	Reserva	Cativo LEO 2013	Reserva+Cativo	Orçamento Corrigido	Estrutura
FF 311 OE	Atividade 178 "Cooperação Internacional"	22.123.876,00 €	536.097,00 €	403.936,00 €	940.033,00 €	21.183.843,00 €	36%
	Atividade 183 "Presença Portuguesa no Exterior"	5.596.211,00 €	138.499,00 €	37.185,00 €	175.684,00 €	5.420.527,00 €	9%
	Atividade 198 "Ensino do Português no Estrangeiro"	25.613.759,00 €	640.344,00 €	17.883,00 €	658.227,00 €	24.955.532,00 €	43%
	Atividade 258 "Gestão Administrativa"	6.940.368,00 €	173.509,00 €	208.604,00 €	382.113,00 €	6.558.255,00 €	11%
	<b>Total Funcionamento (1)</b>	<b>60.274.214,00 €</b>	<b>1.488.449,00 €</b>	<b>667.608,00 €</b>	<b>2.156.057,00 €</b>	<b>58.118.157,00 €</b>	<b>100%</b>
FF 510	Atividade 183 "Presença Portuguesa no Exterior"	283.850,00 €	7.100,00 €	69.983,00 €	77.083,00 €	206.767,00 €	
	Atividade 258 "Gestão Administrativa"	6.150,00 €	150,00 €		150,00 €	6.000,00 €	
	<b>Total RP (2)</b>	<b>290.000,00 €</b>	<b>7.250,00 €</b>	<b>69.983,00 €</b>	<b>77.233,00 €</b>	<b>212.767,00 €</b>	
FF 540	Atividade 258 "Gestão Administrativa (3)"	<b>600.000,00 €</b>	15.000,00 €		15.000,00 €	585.000,00 €	
	<b>Total (1)+(2)+(3)</b>	<b>61.164.214,00 €</b>	1.510.699,00 €	737.591,00 €	2.248.290,00 €	<b>58.915.924,00 €</b>	

Fonte: DGO

### **3.3. Recursos Tecnológicos**

A utilização de recursos tecnológicos é um instrumento de grande importância numa perspetiva de otimização, quer da gestão dos serviços do Camões I.P. quer da prestação da sua atividade, permitindo que esta seja desempenhada num contexto de maior eficácia, alcance dos públicos-alvo da instituição e racionalidade económica.

Na decorrência da fusão, procedeu-se a uma reorganização dos meios disponíveis para que houvesse uma harmonização da nova mensagem institucional e uma interoperatividade entre os utilizadores, de forma a potenciar o trabalho conjunto em complementaridade e colaboração entre os domínios da Cooperação, Língua e Cultura.

O reforço dos meios existentes e um maior aproveitamento do seu potencial encontra-se entre as prioridades da atuação do Camões I.P. para 2013 estando previsto o lançamento de uma nova estratégia de comunicação que integre e faça interagir as várias valências. Pretende-se, também, aumentar o número de conteúdos virtuais disponibilizados pelo Centro Virtual Camões (CVC), do mesmo modo alargando as suas áreas à cooperação.

## **4. Atividades Previstas**

As atividades previstas para 2013 procuram corporizar os Objetivos Estratégicos numa lógica de convergência de ações que se reforçam mutuamente em termos de eficácia e que se conjugam dando corpo à lógica inerente à criação do Camões I.P. Por uma razão metodológica serão agrupadas dentro de três grande domínios:

### **4.1. Potenciar os interesses de Portugal no mundo**

A Língua Portuguesa constitui um dos ativos de maior valor na relação de Portugal com diversos países e instituições. Assiste-se à sua crescente afirmação como língua global que decorre, em primeiro lugar, da posição internacional que assumem alguns dos países de Língua Portuguesa a que acresce a sua condição de língua pluricontinental com forte expressão no hemisfério sul. Também no contexto da Cooperação Portuguesa, os projetos de capacitação passam por um ensino em Língua Portuguesa que reforça a necessária aposta neste eixo da atividade do Camões, I.P.

A cultura portuguesa representa igualmente uma aposta que permite potenciar os interesses de Portugal no mundo, quer enquanto facilitador da relação entre os povos, quer pela promoção de domínios – cinema, livro, música, arquitetura - que assumem atualmente um valor económico que importa valorizar.

No âmbito da cooperação para o Desenvolvimento, entende-se que interessa aprofundar novos vetores como sejam o apoio ao empreendedorismo, desenvolvimento empresarial e à inovação. Estas áreas, contribuindo para o desenvolvimento económico dos países parceiros da Cooperação Portuguesa, têm também o potencial de concorrer para a internacionalização de agentes económicos nacionais, nomeadamente Pequenas e Médias Empresas (PME), através do estabelecimento de parcerias com empresas locais. Nesta medida, para além do lançamento de projetos, programas e ações nos domínios acima referidos, deverá também reforçar-se o apoio à articulação e envolvimento do setor privado e da sociedade civil na Ajuda Pública ao

Desenvolvimento e o estreitamento da articulação com os atores financeiros.

#### **4.2. Evoluir nas Relações Bilaterais e Multilaterais**

Desenvolvendo-se a atividade do Camões I.P. no quadro da Política Externa portuguesa e no âmbito das vertentes bilaterais e multilaterais, também aqui se procurará levar a cabo um conjunto de iniciativas convergentes que contribuam para o reforço da Língua Portuguesa, nomeadamente através da sua introdução como língua curricular nos sistemas de ensino de países terceiros, a implementação de programas de português língua de herança, o sistema de certificação das aprendizagens, a implementação de programas de formação de professores e de incentivo à leitura e ainda o desenvolvimento do Sistema de Certificação de Escolas Associadas, no âmbito do ensino da língua portuguesa.

No domínio da cultura, prosseguirá a articulação e colaboração com as instituições do setor – públicas e privadas – numa estratégia conjunta para a promoção dos agentes culturais e da Marca Portugal, sempre que possível por meio de uma programação articulada com as redes locais e internacionais.

O esforço de consolidação e alargamento da língua portuguesa contribuirá também para uma maior visibilidade de Portugal no quadro internacional. Perseguindo este mesmo desiderato, o Camões I.P. deverá propor, implementar e acompanhar propostas tendentes a reforçar a componente cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Conferência Ibero-Americana (CIB), mas também no quadro das Nações Unidas, contribuindo, nomeadamente, para a obtenção de consensos na discussão sobre a redefinição da arquitetura da ajuda e da revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em termos bilaterais, importa dar sequência ao reforço da qualidade dos programas, projetos e ações (PPA) definidos como prioritários com os países parceiros tendo presente a preocupação de reduzir os custos de transação e de execução. Para se obter uma melhor gestão da cooperação portuguesa importa ainda assegurar através de uma interação acrescida

com outros atores nacionais públicos e da sociedade civil, o reforço do papel do Camões I.P. como organismo coordenador da cooperação portuguesa.

### **4.3. Reforçar os Mecanismos de Planeamento e Gestão**

A vertente do planeamento e gestão, designadamente o planeamento dos instrumentos de gestão, bem como a gestão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros do Camões I.P. é estruturante e essencial para que as áreas operacionais possam com eficácia corresponder aos objetivos a que se propõem.

A 1 de agosto de 2012, no âmbito do processo de criação do Camões, I.P., foi concretizada a fusão dos orçamentos do IPAD e do IC no sistema de Gestão de Recursos Financeiros Partilhada (GERFIP). A implementação do orçamento do Camões, I.P. em GERFIP, para além de ter dado cumprimento à adoção do Plano Oficial da Contabilidade Pública (POCP), conforme o determinado no Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, veio também permitir, em matéria de controlo da despesa pública, reforçar o controlo orçamental, racionalizar recursos e eliminar duplicação de procedimentos.

No âmbito dos recursos humanos, foi possível, a partir de 1 de janeiro de 2013, a integração em sistema interoperativo da gestão de cadastro e do processamento de vencimentos de todos os trabalhadores do Camões, I.P. numa única aplicação informática. Para 2013, foram identificadas as seguintes linhas de orientação nas três áreas-chave de planeamento e gestão:

- i) Área financeira: revisão e criação de procedimentos de controlo e articulação com os restantes serviços, bem como produção de indicadores de gestão para melhorar a qualidade da informação de apoio à tomada de decisão;
- ii) Área da gestão dos recursos humanos: dar cumprimento aos procedimentos concursais das chefias, bem como consolidar um plano de formação que melhor corresponda

às reais necessidades de capacitação dos colaboradores potenciando o seu desempenho;

- iii) Área patrimonial: análise dos contratos em vigor com vista a dar continuidade a uma política de redução de custos.

## **5. Atividades Previstas por Unidade Orgânica**

As orientações e objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividade 2013 traduzem-se nos programas e atividades conforme se descreve para cada uma das Unidades Orgânicas a seguir discriminadas:

### **5.1. Direção de Serviços da Cooperação (DSC)**

#### Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSC será efetuada através de um conjunto de quatro programas que se desenvolvem nas seguintes áreas:

- Programação da Cooperação
- Assuntos Bilaterais
- Apoio à Sociedade Civil
- Assuntos Multilaterais

Neste contexto, a DSC assume quatro prioridades de ação: i) elaboração dos documentos necessários para o Planeamento, Programação e Acompanhamento das atividades da Cooperação Portuguesa; ii) promoção do financiamento, implementação e/ou gestão de Programas, Projetos e Ações (PPA) bilaterais, nomeadamente no âmbito dos PIC aprovados e de cooperação delegada, bem como o apoio à intervenção das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no domínio da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, através do cofinanciamento de projetos no âmbito das Linhas de Cofinanciamento; iii) contribuição para que as prioridades da política externa portuguesa nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Língua e Cultura sejam refletidas no plano Europeu e Multilateral; iv) produção e divulgação de informação sobre fluxos de ajuda externa relativos à APD.

A atividade da DSC terá como pano de fundo a necessidade de garantir o seguimento e a implementação das recomendações resultantes da Avaliação da Cooperação Portuguesa e respetiva Avaliação a Meio Percurso. Será ainda objetivo transversal da DSC a promoção de um

estreito relacionamento com os seus parceiros tanto no contexto multilateral como bilateral, envolvendo instituições públicas e organizações da sociedade civil e seus representantes.

No quadro da definição de novos Programas, Projetos e Ações (PPA), a DSC procurará identificar e firmar novas parcerias estratégicas, numa lógica de gestão centralizada indireta e/ou cofinanciamento de forma a potenciar a sua atuação. Será dada especial atenção à materialização do financiamento da temática do Empreendedorismo/Desenvolvimento empresarial e ao seguimento ativo da Agenda Pós-2015.

Para a concretização destes objetivos estão previstas as seguintes atividades:

No contexto da programação da cooperação,

- i. Serão elaborados os documentos de programação plurianuais (PIC);
- ii. Será feito o acompanhamento das atividades e grupos de trabalho temáticos apoiados pela cooperação portuguesa;
- iii. Será recolhida, tratada e divulgada a informação relativa ao esforço financeiro global de Apoio ao Desenvolvimento;
- iv. Será feito o acompanhamento internacional das temáticas da Eficácia da Ajuda e Estatística APD;
- v. Será também apoiada e dinamizada a implementação do Sistema Integrado da Cooperação Portuguesa (SIICP).

No contexto bilateral,

- i. Será promovida a aprovação/financiamento dos projetos previstos na cooperação Bilateral/País e dos de Cooperação Centralizada Indireta (CD);
- ii. Será assegurado o acompanhamento da implementação e a partilha de informação e a coordenação interna – incluindo o

acompanhamento da execução material e financeira dos PPA - e com os parceiros dos PPA.

No contexto do apoio à sociedade civil,

- i. Será promovida a concertação com as ONGD e outras organizações da Sociedade Civil;
- ii. Será coordenada a participação de observadores nacionais em Missões de Observação Eleitoral (MOE);
- iii. Será assegurada a coordenação de ações de respostas em situações de Ajuda Humanitária;
- iv. Serão abertos concursos para financiamento de projetos relevantes de Educação para o Desenvolvimento e de ONGD.

No contexto multilateral,

- i. Será dado ênfase à coordenação e definição da posição nacional nas instâncias europeias e multilaterais;
- ii. Será coordenada a definição da posição nacional no quadro da CPLP e da Conferência Ibero-Americana, na área do desenvolvimento assegurando a divulgação interna e externa de informação sobre as temáticas acompanhadas;
- iii. Será assegurada a participação nacional em reuniões internacionais;
- iv. Será proposto o pagamento e acompanhamento das contribuições para as Organizações Internacionais e protocolos a cargo do Camões IP.

### Recursos

Os recursos humanos da DSC, no total de 47, distribuem-se conforme seguinte quadro (lista nominal e distribuição por categorias: 43 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos):

Direção de Serviços de Cooperação	
Diretora de Serviços	Paula Barros
Assistentes Técnicos	Maria José Santos (DSC)
	Lourdes Amorim (DAM)
	Manuela Caseiro (DPC)
	Conceição Fonseca (DASC)
Divisão de Assuntos Bilaterais	
Chefe de Divisão	Henrique Azevedo
Técnicos Superiores	Lucília Mendes
	Georgina Lourenço
	António Nunes
	Maria do Carmo Fernandes
	Filipa Abreu
	Eugénia Mendes
	Ana Paula Oliveira
	Joaquim Dias
	Manuel Mendes
	Helena Guerreiro
	Fábio Sousa
	Sara Santos
	Orlando Maciel
	Ana Miranda
Andreia Glória	
Divisão Assuntos Multilaterais	
Chefe de Divisão	Paula Lopes
Técnicos Superiores	Lígia Figueiredo
	Sofia Pinheiro
	Lurdes Caiado
	Joaquim Neves
	Paula Pereira
	Eduarda Silva
	Helena Vaquinhas
	Jocelina Graça
	Patrícia Fonseca
Divisão Programação da Cooperação	
Chefe de Divisão	Tânia Montalvão
Técnicos Superiores	Edite Singens
	António Campos
	Sara Dias
	Rita Nascimento
	Ana Cortes
	Graça Rocha
	Miguel Sousa
	Luís Castelo Branco
	Isidora Frasquilho
	Odete Serra
Divisão de Apoio à Sociedade Civil	
Chefe de Divisão	Sérgio Guimarães
Técnicos Superiores	António Torres
	Lara Ramusga
	Joana Santos
	Celeste Sebastião

## **5.2. Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSLCL)**

### Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSLCL será efetuada através de um conjunto de 3 programas que abrangem as seguintes áreas:

- Programação, Formação e Certificação (PFC)
- Ensino Português no Estrangeiro (EPE)
- Ação Cultural Externa (ACE)

### Projetos/Atividades

Para a concretização dos programas está previsto um total de 20 projetos.

No domínio da Programação, Formação e Certificação, as atividades organizam-se segundo duas linhas estratégicas: reforço da qualidade dos serviços prestados; promoção da Língua Portuguesa (LP) no contexto da sua afirmação como língua global. Ainda neste domínio, será desenvolvido um projeto no âmbito das TIC, transversal a todos os Programas e atividades de Língua e Cultura.

No quadro da primeira linha estratégica, identificam-se os seguintes projetos:

- a. Certificação das aprendizagens de Português Língua de Herança (PLH) no âmbito do QuaREPE, de Português Língua Estrangeira (PLE) no âmbito do QECR, e de escolas ou centros de ensino de PLH e de PLE, privadas ou associativas, estrangeiras e nacionais;
- b. “Plano de Incentivo à Leitura”, integrando atividades de formação de professores nesta área específica, a distância e presenciais, e de produção ou disponibilização de conteúdos científicos, didáticos e culturais;
- c. Formação de formadores e professores de Português Língua Segunda, em articulação com instituições de ensino superior ou ministérios da educação dos PALOP e Timor-Leste e a Direção de Serviços da Cooperação;

- d. Formação especializada, a distância, nas áreas da linguística portuguesa, literaturas de expressão portuguesa, diferentes disciplinas da arte portuguesa e História pós-colonial;

No quadro da segunda linha estratégica, serão desenvolvidos os seguintes projetos:

- e. “Ciência em Português”, uma base de dados a ser construída em articulação com a UNESCO e com a colaboração da rede e estruturas do EPE;
- f. “II Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial”, em articulação com a CPLP, o IILP e a Sociedade Civil.

Como projeto transversal no âmbito das TIC:

- g. Melhoria da logística da rede de ensino/ investigação/ação cultural, através (i) da gestão de alunos no Sistema Integrado de Informação/DSL e (ii) da integração dos sistemas de informação da DSL nos serviços Balcão Único do Camões, IP.

No domínio do Ensino Português no Estrangeiro, os projetos estruturam-se em função da gestão da rede do Ensino Português no Estrangeiro (EPE); e do incentivo à investigação sobre língua e sobre cultura portuguesa em universidades estrangeiras.

A promoção do ensino e da aprendizagem do português, será desenvolvida através da negociação com ministérios, departamentos de educação, universidades e organismos internacionais visando a criação e implementação de programas de ensino da língua e cultura portuguesas, a nível universitário e a nível do ensino secundário, bem como de programas de tradução e interpretação; a promoção da investigação será feita através do apoio às cátedras de estudos portugueses, apoio a reuniões e encontros de carácter científico e atribuição de bolsas de estudo.

Neste quadro, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- a) Implementação dos programas de Português Língua de Herança na rede do ensino básico e secundário;
- b) Avaliação dos agentes da rede EPE e da rede de docentes em regime de parcerias (coordenadores, adjuntos de coordenação, professores, leitores, docentes), subsequente a análise sistemática de relatórios e projetos ou programas de ensino;
- c) Procedimento concursal e protocolos de parceria para a colocação de professores, leitores e docentes;
- d) Seleção de acervos bibliográficos, bibliotecas e manuais escolares para apetrechamento das redes de ensino e investigação.

No domínio da Ação Cultural Externa, os projetos organizam-se em função da gestão da atividade cultural no estrangeiro e de duas linhas estratégicas: internacionalização da cultura e dos agentes culturais; apoio ao desenvolvimento.

No que respeita à gestão da atividade cultural, registam-se os seguintes projetos específicos:

- a) Definição das linhas de programação e de prioridades da ação cultural externa em função dos interesses de Portugal no mundo e das suas parcerias estratégicas;
- b) Coordenação e gestão da ação cultural das redes externas (Centros Culturais Portugueses, rede das missões diplomáticas e consulares, Centros de Língua Portuguesa, cátedras, leitorados, universidades com protocolos de cooperação);
- c) Valorização da rede de Bibliotecas e Mediatecas dos Centros Culturais.

Neste quadro, serão desenvolvidas as seguintes ações em parceria com instituições culturais públicas e privadas, e criadores portugueses:

- a) Produção de conteúdos culturais para itinerância pelas redes externas;
- b) Promoção da criação artística contemporânea, com particular ênfase para o cinema, a música, a literatura, a fotografia e outras artes visuais;
- c) Promoção dos escritores portugueses e do livro de ciência e ensaio quer pela aquisição e preparação de núcleos bibliográficos para apetrechamento das redes externas, quer pela edição de obras de autores de língua portuguesa traduzidas para outros idiomas;
- d) Promoção da cultura portuguesa nas redes de programação internacional e nos contextos multilaterais como a rede da CPLP, a rede da EUNIC e a rede ibero-americana;
- e) Apoio ao desenvolvimento de estruturas culturais dos PALOP e Timor-Leste, quer através de ações de formação de agentes culturais, quer através da cooperação entre agentes artísticos dos países da CPLP, quer através do apoio direto às políticas culturais locais.

### Recursos

Os recursos humanos, no total de 23 (19 técnicos superiores e 4 assistentes técnicos), distribuem-se conforme quadro seguinte:

Direção de Serviços de Língua e Cultura	
Diretora de Serviços	Madalena Arroja
Assistente Técnico	Maria Goreti Marques
Divisão de Programação, Formação e Certificação	
Chefe de Divisão	Rui Vaz
Técnico Superior	Cláudio Vinagre
Técnico Superior	Maria de Fátima Mendes
Técnico Superior	Maria Joana Rosário
Técnico Superior	Maria de Fátima Páscoa
Técnico Superior	Paulo Real
Divisão de Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro	
Chefe de Divisão	Maria José Machado
Técnico Superior	Zélia Madeira
Técnico Superior	Anna Amado
Técnico Superior	Vera Palma
Técnico Superior	Maria do Rosário Chaves
Técnico Superior	Toríbia Cancela
Técnico Superior	Sérgio de Almeida

Divisão de Ação Cultural Externa	
Chefe de Divisão	Cristina Caetano
Técnico Superior	Eunice Santos
Técnico Superior	Maria João P. Correia
Técnico Superior	Sandra Boavida
Técnico Superior	Isabel Jerónimo
Assistente Técnico	Maria Elisabete Poderoso
Assistente Técnico	António Andrade
Assistente Técnico	Joaquim Caparica de Sousa

### **5.3. Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG)**

#### Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para a Direção de Serviços de Planeamento e Gestão será efetuada através de um conjunto de quatro programas que abrangem como grandes áreas:

- Gestão Financeira
- Gestão Patrimonial
- Planeamento e Recursos Humanos
- Apoio Jurídico e Contencioso

#### Atividades

A concretização dos programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de dezassete atividades:

- i) Três na área financeira, que visam assegurar a gestão, acompanhamento e controlo da execução do orçamento de funcionamento e do orçamento de investimento, designadamente através da elaboração de relatórios mensais e trimestrais de execução orçamental; da elaboração do documento de “Controlo e Execução Orçamental” (CEO) para articulação e partilha com restantes UO dos reportes mensais de execução orçamental; revisão e introdução de novos procedimentos operacionais (PO), nomeadamente no âmbito do controlo dos compromissos e fundos disponíveis;

- ii) Três na área patrimonial, que procuram otimizar as instalações e equipamentos, através de um Plano de Ação que dará continuidade à orientação de redução de custos, designadamente através da rentabilização das instalações (território nacional e rede externa mediante agrupamento de funcionalidades); da gestão e controlo dos contratos de aquisição de bens e serviços garantindo os procedimentos legais e, simultaneamente, uma maior eficiência económica; da gestão do economato numa base do sistema GERFIP;
- iii) Seis na área do planeamento e recursos humanos, através das quais se pretende identificar e propor as necessidades em matéria de recursos humanos do Camões, I.P. através de um Plano de Gestão de Recursos; proceder ao diagnóstico das necessidades de formação e de qualificação profissionais e elaborar o Plano Anual de Formação; implementar e acompanhar o sistema de avaliação de desempenho dos trabalhadores (SIADAP); garantir o processamento integrado e em sistema interoperativo dos vencimentos e abonos do pessoal; gerir o controlo de assiduidade e cadastro do pessoal da sede e rede externa; concretizar os procedimentos concursais, designadamente os respeitantes aos dirigentes intermédios de 1.º e de 2.º grau;
- iv) Cinco na área do apoio jurídico e contencioso que visam assegurar a elaboração dos diferentes pedidos de parecer técnico-jurídico solicitados pelos vários serviços; a produção das peças processuais no âmbito do contencioso; a apresentação de proposta legislativa de revisão da Lei n.º 13/2004, de 10 de abril; a elaboração da proposta de regulamento do regime jurídico do pessoal dos Centros Culturais Portugueses; analisar as minutas dos contratos dos Agentes de Cooperação.

### Recursos

Os recursos humanos da DSPG, totalizam 53 trabalhadores dos quais 66% são Assistentes Técnicos (25 trabalhadores) e Assistentes Operacionais (10

trabalhadores), 28% Técnicos Superiores (15 trabalhadores) e 6% Técnicos/Especialista Informática (3 trabalhadores) que se distribuem conforme quadro seguinte:

Recursos Humanos DSPG

DSPG	
<b>DFP</b>	
<b>Chefe de Divisão</b>	Hélia Alves
<b>Técnicos Superiores</b>	
1	Maria Julieta Martins da Rocha
2	Maria Miguel Costa Neves Santos Silva Jarnac de Freitas
3	Maria Fátima Caetano
4	Vera Alexandra Ferreira Brito
5	Graça Maria Martins de Lima
6	Rute Alexandra Martins da Silva Aires
<b>Técnicos Informática</b>	
1	Tito Rogério Gomes Toscano
2	Francisco José Reboicho Rodrigues
3	João Crespo
<b>Assistenttes Técnicos</b>	
1	Joaquim Manuel Mendes Mil-Homens
2	Mafalda Ferreira Rua Guerreiro Lima
3	Maria Beatriz Coelho Rego Jesus Cordeiro
4	Maria do Carmo de Oliveira Ferrão
5	Isabel Maria da Graça Ribeiro
6	Elizabete Marlene da Costa Fernandes
7	Maria Luisa dos Santos Ribeiro Montez
8	Lina Maria Capote Mateus Xavier Castro
9	Cristina Fernandes Bráz
10	Rosa Cláudia Duarte Mendes
11	Maria da Graça Silva das Dores Rosa Guerreirinho
<b>Assistentes Operacionais</b>	
1	Francisco Luis Batalha Piteira
2	Manuel Augusto Garcia Bata
3	Lidia Beatriz Rojão Paiva Cerqueira
4	Maria Odete Fernandes de Almeida Pedro
5	Manuel Gomes Duarte
6	Henrique Gomes Rosa
7	Maria Guiomar Dias Fernandes de Almeida Batista
8	Isabel Ié Pereira Cá
9	António Carlos Rocha da Silva
10	Isabel da Conceição Chaves Miguel

<b>DPRH</b>	
<b>Chefe de Divisão</b>	Carla Graça Silva
<b>Técnicos Superiores</b>	
1	Edite Rosa dos Santos Corado
2	Maria Fernanda Lopes Catarino Carvalho
3	Rui Bentes Martins Simões
<b>Assistentes Técnicos</b>	
1	Maria da Graça da Conceição Pinto de Oliveira
2	Ana Paula da Silva Moreira Martins
3	Eugénia Maria Natário Faria Eltayari
4	Maria José Encarnação Elias
5	Maria da Graça Cardoso Gonçalves Carvalho
6	Rossana Mamad
7	Ana Paula Amaral Laires
8	Maria de Fátima Almeida de Sousa Mina Viegas
9	Ana Paula Ramalho Gonçalves
10	Luísa Maria Fantásia Monteiro Ribeiro
11	Paula Alexandra Miguel Alves Prazeres
12	Laura Joaquina Pereira
13	Ana Maria Ferreira da Costa
<b>DAJC</b>	
<b>Chefe de Divisão</b>	Alda Belo
<b>Técnicos Superiores</b>	
1	Ana Cristina Marques da Costa Paula
2	Jeni da Costa Soeima
3	Ana Maria Robalo Branco
4	Tânia José Lemos Marques Ramos
5	Helena da Glória Barros dos Santos
6	Anabela Rações Barradas Coelho
<b>Assistentes Técnicos</b>	
1	Nuno Miguel Arnauth Nunes
Total efetivos : 53	

Fonte: DSPG

## 5.4. Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA)

### Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para o GAA será efetuada através de dois programas que se desenvolvem nas seguintes áreas:

- Avaliação
- Auditoria

### Atividades

Para a concretização destes programas estão previstas 27 ações organizadas em cinco atividades:

- i. Implementação do Plano de Avaliação;
- ii. Produção/revisão de documentação técnica;
- iii. Implementação do Plano de Auditoria;
- iv. Conceção de documentos estratégicos GAA/CICL;
- v. Acompanhamento das temáticas internacionais.

### Recursos

Os recursos humanos, no total de cinco (1 dirigente intermédio e 4 técnicos superiores), distribuem-se conforme seguinte quadro:

Manuela Afonso	Chefe de Divisão
Carolina Estróia	Técnico superior
Mário Ribeiro	Técnico superior
Pedro Amaral	Técnico superior
Rita Santos	Técnico superior

## 5.5. Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC)

### Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para a GPAC será efetuada através de dois programas que se desenvolvem nas seguintes áreas:

- Valorizar o posicionamento de Portugal no mundo através da negociação de acordos culturais e programas de cooperação;
- Contribuir para a preparação/realização de encontros político-diplomáticos, de carácter bilateral e multilateral, em Portugal ou no estrangeiro.

### Atividades

Aqueles programas serão desenvolvidos em torno de seis eixos de atividade:

- Negociação de Acordos de Cooperação Internacional;
- Negociação de Programas de Cooperação;
- Negociação de outros instrumentos bilaterais de cooperação internacional;
- Instrução de processos de aprovação interna de acordos internacionais;
- Organização, preparação, acompanhamento e representação em reuniões internacionais, de carácter bilateral ou multilateral;
- Atualização da informação relativa ao relacionamento bilateral nas áreas de competência do CICL.

### Recursos

Os recursos humanos, no total de 7 (1 dirigente intermédio, 2 diplomatas, 3 técnicos superiores e 1 assistente técnico), distribuem-se conforme o seguinte quadro:

Cristina Isabel da Costa Pinto Faustino	Chefe de Divisão
João Manso Preto	Diplomata
Isabel Raimundo	Diplomata
Maria Noémia Marques	Técnico superior
Ana Maria Azemel	Técnico superior
Maria Margarida Robalo	Técnico superior
Helena Costa	Assistente Técnico

## **5.6. Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC)**

### Programas

A operacionalização dos objetivos identificados para o GDC será efetuada através de dois programas que se desenvolvem em duas grandes áreas:

- Comunicação
- Documentação

### Atividades

No domínio da Comunicação, as ações desenvolvem-se em torno de cinco eixos de atividade:

- i. Gestão noticiosa do Camões, IP;
- ii. Reformulação da página eletrónica do Camões, IP;
- iii. Elaboração da Estratégia de Informação e Comunicação do Camões, IP;
- iv. Produção dos eventos no Palacete Seixas, no âmbito da diplomacia cultural e da ação cultural externa;
- v. Apoio à organização de eventos (conferências, colóquios, formações) organizados pela sede do Camões, IP.

No domínio da Documentação, as ações desenvolvem-se em torno de três eixos de atividade:

- i. Preparação do projeto de Portaria de Gestão Documental do Camões, IP;
- ii. Transferência do arquivo histórico ultramarino para o IICT e gestão do arquivo documental;
- iii. Organização e gestão da Biblioteca do Camões, IP (Cooperação, Língua e Cultura), bem como do Arquivo Histórico.

## Recursos

Os recursos humanos, no total de 5 (1 dirigente, 2 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional), distribuem-se conforme seguinte quadro:

Margarida Duarte	Chefe de Divisão
Maria do Céu Novais	Técnico superior
Paulo Gonçalves	Técnico superior
Filomena Silva	Assistente Técnico
Rogério Nunes	Assistente Operacional

### **5.7. Gabinete do Conselho Diretivo**

O Conselho Diretivo é apoiado por uma chefe de gabinete que coordena as reuniões ordinárias e extraordinárias, elaborando a Ordem do Dia, Atas e processo de encaminhamento das deliberações. Existem ainda quatro adjuntos que reportam diretamente à direção do Camões IP e têm como função apoiar o acompanhamento das diversas áreas.

Assim, além de um adjunto que apoia diretamente a Presidente do Conselho Diretivo, existe um adjunto para a área da cultura, outro para a área da cooperação e, ainda, um outro para a área da gestão. A direção dispõe ainda de uma assessoria para a articulação da diplomacia cultural e económica que tem a função essencial de angariação de fundos para desenvolvimento de projetos e desenvolvimento de estratégia de afirmação da marca Camões, IP.

A direção dispõe ainda de apoio de secretariado constituído por 5 assistentes técnicas que são igualmente responsáveis pela comunicação com o exterior e atendimento telefónico.

Importa ressaltar que a instituição está instalada em dois edifícios distintos ocupando a direção e o GAA o Palacete Seixas (Av. da Liberdade, 270), que comunica com um edifício sito na retaguarda (Rua Rodrigues Sampaio, 37) onde se encontra a DSC, a DSLC e o GPAC, e estando a DSPG no edifício sito na Av. da Liberdade, 192 em cujas traseiras (Rua Rodrigues Sampaio, 3) se encontra o GDC. Esta dispersão requer um desdobramento dos recursos humanos de apoio, como é o caso do secretariado e da informática.

**Anexo 1**  
**[QUAR 2013]**



**Anexo 2**  
**[Plano de Formação 2013]**



**Anexo 3**  
**[Rede Externa Cooperação, Língua e Cultura]**

